NOTA EDITORIAL

O volume 9, número 18, da Revista Jurídica da Universidade Federal Rural do Semi-árido marca mais um passo decisivo no esforço contínuo de consolidar um espaço editorial comprometido com o rigor científico, com a pluralidade metodológica e com o aprofundamento crítico das instituições jurídicas brasileiras e internacionais. A edição que ora apresentamos reúne treze artigos que, cada qual em seu campo de investigação, destacam a capacidade da pesquisa jurídica contemporânea de revisitar tradições intelectuais, problematizar arranjos institucionais vigentes e propor chaves interpretativas sensíveis aos desafios democráticos do presente.

A REJUR, em seus primeiros nove volumes, empenhou-se em construir um ambiente editorial no qual estudos de direito e ciências humanas dialogam com a história jurídica, a sociologia do direito, a teoria crítica, o direito comparado e as transformações constitucionais que marcam o cenário global. Esta edição reforça a vocação interdisciplinar do periódico e reafirma o compromisso com práticas editoriais que promovem transparência, integridade acadêmica, revisão cega por pares e incentivo à diversidade geográfica, temática e metodológica.

O conjunto de artigos publicados demonstra a maturidade crescente da comunidade científica que tem se aproximado da REJUR, bem como a relevância de mantermos um periódico sediado em uma universidade pública do Nordeste brasileiro como locus de produção e circulação de conhecimento jurídico de alcance nacional e internacional. O diálogo entre tradições intelectuais distintas, que perpassa boa parte dos textos selecionados, evidencia que as múltiplas crises contemporâneas – políticas, sociais, climáticas, laborais e institucionais – demandam análises densas, historicamente situadas e capazes de interpretar, com precisão conceitual, as contradições do tempo presente.

A abertura deste volume apresenta a tradução do texto “O direito canônico nas Índias Ocidentais e o pensamento jurídico italiano (Sardenha, Saboia e Piemonte)”, de autoria do Prof. Antonio Dougnac Rodríguez, da Universidade do Chile. Essa tradução reforça a estratégia da REJUR de ampliar o acesso a fontes relevantes e de fomentar debates sobre genealogias normativas que ultrapassam as fronteiras nacionais.

O segundo artigo, de autoria do Prof. Dr. Luciano Athayde Chaves (UFRN), intitulado “Amaro Cavalcanti e a dualidade da justiça na formação da República Brasileira”, retoma o período de transição entre Império e República para examinar a complexa arquitetura institucional projetada por um dos mais influentes juristas da Primeira República.

No terceiro texto, “O lugar da codificação civil na ‘Revista Jurídica’ de Rodrigo Octávio”, de autoria do Prof. Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS) e de Frederico Paganin Gonçalves (UFRGS), o leitor encontrará um estudo histórico-intelectual que reconstitui debates sobre a codificação no início do século XX.

Na sequência, os pesquisadores da UNISINOS, Me. Matheus Alves da Rocha, Prof. Dr. Lênio Luiz Streck e Me. Victor Bianchini Rebelo, apresen-

tam o texto “Jurisprudência sociológica transatlântica? Hermenêutica e antiformalismo em Alípio Silveira e Roscoe Pound”, oferecendo uma instigante comparação entre tradições hermenêuticas brasileiras e norte-americanas.

O próximo artigo, “IBA Rules – coibição de abusos procedimentais na arbitragem internacional”, de autoria de Anna Luiza Massarutti Cremonezi e da Profa. Dra. Patrícia Ayub da Costa, ambas da Universidade Estadual de Londrina, desloca o foco para o direito transnacional contemporâneo, examinando as *IBA Rules on the Taking of Evidence in International Arbitration* como instrumento de racionalização procedimental e de contenção de práticas abusivas em arbitragens complexas.

A seguir, com o artigo “Princípio da eficiência e afastamento cautelar em casos de improbidade administrativa – análise de julgados do TJCE”, os autores da UNIFOR, Fernanda Raquel Ramos Coelho e Prof. Dr. Marcus Mauricius Holanda, apresentam o estudo sobre aplicação jurisprudencial do princípio da eficiência administrativa.

O sétimo estudo, “Anomia e corrupção – delineamentos para compreensão da política criminal anticorrupção”, de autoria de Me. Ana Julia Pozzi Arruda, Mariana Delgado Briteza Rigacci e Prof. Dr. Fernando Andrade Fernandes, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, propõe uma leitura sociológica e criminológica sobre o fenômeno da corrupção.

Dentro de uma perspectiva voltada para política social e direitos fundamentais, os professores Dr. Washington José de Souza e Dr. Guilherme Smaniotto Tres, da UFRN, apresentam “Gestão social no cárcere – a racionalidade substantiva entre apenados”, oportunidade em que discutem experiências de gestão social no ambiente prisional. A pesquisa analisa práticas que buscam fortalecer a autonomia dos indivíduos privados de liberdade e construir formas de convivência orientadas por racionalidades substantivas, em contraposição aos padrões burocrático-instrumentais que dominam o sistema penitenciário.

Em o “Princípio da primazia da realidade no Supremo Tribunal Federal – análise de decisões sobre trabalho plataformizado”, os pesquisadores da UFBA, Caio Vinícius Sena Souza e o Prof. Dr. Murilo Carvalho Sampaio Oliveira, situam o leitor diante de um dos temas mais urgentes do direito do trabalho contemporâneo: os novos regimes contratuais intermediados por plataformas digitais.

Na sequência, Nicole Thomy Gentil, Profa. Dra. Jussara Maria Moreno Jacintho e Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira, todos da Universidade Federal de Sergipe, promovem uma reflexão essencial sobre os impactos éticos, ambientais e sociopolíticos da regulação do mercado de carbono, no estudo “Mercado de carbono, povos indígenas e colonialismo climático – uma análise crítica da Lei nº 15.042/2024”.

Em “Tecnologias de gênero no direito brasileiro”, a Profa. Dra. Leilane Serratine Grubba (ATITUS Eduação), apresenta um estudo aprofundado sobre como diversas tecnologias jurídicas — normativas, interpretativas, institucionais — moldam relações de gênero no Brasil.

O penúltimo estudo que compõe esse volume, “Um diálogo entre corpo e direito – proposições de caminhos outros”, as autoras Me. Luísa Con-

sentino de Araújo e Me. Gabriella Sabattini de Oliviera Dutra, ambas da Universidade Federal de Minas Gerais, desloca o debate para uma reflexão filosófica e interdisciplinar sobre corporeidade, normatividade e produção de subjetividades.

Por fim, “Fronteiras da bioética e do biodireito – uma revisão integrativa”, de autoria de Dr. Lucas Andrade de Morais e Me. Willian Campos Amorim (UEMG), encerra o volume com um panorama abrangente das principais discussões contemporâneas relacionadas às tecnologias médicas, à autonomia, ao consentimento informado, às tensões éticas emergentes e aos desafios regulatórios impostos pelas inovações biomédicas.

A diversidade temática presente neste volume reafirma a missão da REJUR de promover um ambiente editorial comprometido com a pesquisa de alta qualidade, com a difusão crítica do conhecimento jurídico e com a valorização do pluralismo epistemológico. Os textos publicados demonstram que a pesquisa jurídica contemporânea exige articulação constante entre análise histórica, rigor conceitual, abertura interdisciplinar e sensibilidade política. É dessa combinação que emergem contribuições capazes de fortalecer tanto a compreensão do passado quanto a construção de alternativas institucionais para o futuro.

A editoria agradece aos autores e autoras por confiarem seus trabalhos a este periódico; aos pareceristas ad hoc, cuja atuação competente e voluntária assegura a qualidade técnica da publicação. Reiteramos, igualmente, o compromisso com políticas editoriais alinhadas às melhores práticas internacionais (COPE, DOAJ, SciELO, CAPES), com a profissionalização dos processos editoriais e com a disseminação do conhecimento científico produzido no âmbito do PPGD/UFERSA e de instituições parceiras. Registra-se também nossos sinceros agradecimentos à equipe editorial, cuja dedicação, competência e compromisso com a excelência científica tornam possível a continuidade e o fortalecimento deste espaço de divulgação crítica no campo do Direito. Destacamos os trabalhos do Editor-Adjunto, Dr. Marcelo Lauar Leite, e damos as boas-vindas ao novo Editor-Assistente, Prof. Dr. Ulisses Levy Silvério dos Reis, e do assistente-técnico, Prof. Esp. Adailson Pinheiro Pinho, cuja chegada somam experiência, dinamismo e renovação aos fluxos editoriais da REJUR. A Rejur agradece também a contribuição da Profa. Dra. Rosângela Zuza, que atuou como Editora-Assistente e do Prof. Me. Felipe Mariz, Assistente Técnico, que enceraram a atuação em nosso periódico.

Com esta edição, encerramos o ano de 2025 reafirmando o entendimento de que uma revista jurídica comprometida com a ciência deve ser, antes de tudo, um espaço crítico, acessível e institucionalmente responsável. Desejamos que este volume inspire novas pesquisas, dialogue com agendas emergentes e fortaleça o papel das instituições acadêmicas na construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

Boa leitura!

PROF. DR. RAFAEL LAMERA GIESTA CABRAL
EDITOR-CHEFE | DEZEMBRO 2025